

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E DINÂMICAS DO TURISMO URBANO: O CASO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE PARIS 2024 EM SEINE-SAINT-DENIS

SPORT MEGA-EVENTS AND URBAN TOURISM DYNAMICS: THE CASE OF THE PARIS 2024
OLYMPIC GAMES IN SEINE-SAINT-DENIS

MEGA EVENTOS DEPORTIVOS Y DINÁMICAS DEL TURISMO URBANO: EL CASO DE LOS JUEGOS
OLÍMPICOS DE PARÍS 2024 EN SEINE-SAINT-DENIS

Roberto Paolo Vico¹ (roberto.paolo.vico@gmail.com) 
Ricardo Ricci Uvinha² (uvinha@usp.br) 
Verónica Cecílio Chiundila Vico² (veronicacchiundila@gmail.com) 

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil

²Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, SP, Brasil

RESUMO:

Objetivo – Examinar como os moradores de Seine-Saint-Denis perceberam as mudanças sociais e territoriais decorrentes dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, considerando os impactos do megaevento sobre o turismo urbano, as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais.

Desenho/metodologia/abordagem – Foi adotada uma abordagem multimétodo, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A pesquisa incluiu entrevistas semiestruturadas, grupos focais e revisão bibliográfica sobre megaeventos esportivos, turismo urbano, gentrificação e justiça socioterritorial.

Resultados – Os resultados indicam que, apesar dos investimentos urbanos e das melhorias físicas realizadas em Seine-Saint-Denis, os principais beneficiados tendem a ser agentes ligados à valorização imobiliária e ao turismo. Observam-se processos de despejo, gentrificação e reconfiguração simbólica do território, associados à ampliação do controle urbano e à limitação da participação popular nas decisões relacionadas ao evento. O crescimento do turismo revelou-se um processo não neutro, marcado por disputas territoriais e pressões sobre o cotidiano das populações locais.

Implicações práticas – O estudo contribui para o debate sobre planejamento urbano e gestão de megaeventos, destacando a necessidade de políticas públicas mais participativas e inclusivas, capazes de minimizar impactos sociais negativos e promover benefícios mais equitativos para as comunidades locais.

Originalidade/valor – O artigo contribui para os estudos sobre megaeventos esportivos e turismo urbano ao analisar os Jogos Olímpicos de Paris 2024 a partir das percepções dos moradores de uma periferia historicamente marginalizada, enfatizando as tensões entre desenvolvimento urbano, turismo e justiça socioterritorial.

Limitações da pesquisa – Entre as limitações do estudo, destacam-se o acesso restrito a determinados grupos sociais diretamente afetados pelas transformações urbanas, as barreiras linguísticas durante o trabalho de campo em contexto internacional e o tempo reduzido de permanência em território francês, fatores que podem ter limitado a amplitude das interpretações e a diversidade de perspectivas analisadas.

Palavras-chave: megaeventos esportivos; Jogos Olímpicos de Paris 2024; turismo; gentrificação; desigualdades socioespaciais; Seine-Saint-Denis.

Informações Editoriais:
Double Blind Review

Submissão: 08/08/2025

Avaliação: 05/09/2025

Aceite: 02/06/2026

Editor:
Luiz Carlos da Silva Flores

Assistente Editorial:
Guilherme O. M. da Silva Flores

Disponibilidade dos dados:
Os dados podem ser solicitados aos autores.

ABSTRACT:

Purpose – To examine how residents of Seine-Saint-Denis perceive the social and territorial changes resulting from the Paris 2024 Olympic Games, considering the impacts of the mega-event on urban tourism, territorial dynamics, and sociospatial inequalities.

Design/methodology/approach – A multi-method approach was adopted, combining qualitative and quantitative methods. The research included semi-structured interviews, focus groups, and a literature review on sport mega-events, urban tourism, gentrification, and socio-spatial justice.

findings – The findings indicate that, despite the urban investments and physical improvements carried out in Seine-Saint-Denis, the main beneficiaries tend to be large economic interests and agents linked to real estate valorization and tourism. Processes of displacement, gentrification, and symbolic reconfiguration of the territory were observed, associated with the expansion of urban control and the restriction of popular participation in decisions related to the event. The growth of tourism proved to be a non-neutral process, marked by territorial disputes and pressures on the daily lives of local populations.

Practical implications – The study contributes to the debate on urban planning and mega-event management by highlighting the need for more participatory and inclusive public policies capable of minimizing negative social impacts and promoting more equitable benefits for local communities.

Originality/value – This paper contributes to studies on sport mega-events and urban tourism by analyzing the Paris 2024 Olympic Games from the perceptions of residents of a historically marginalized suburban area, emphasizing the tensions between urban development, tourism, and sociospatial justice.

Research limitations – Among the limitations of the study are the restricted access to certain social groups directly affected by urban transformation processes, language barriers during fieldwork in an international context, and the limited duration of stay in French territory, factors that may have constrained the breadth of interpretations and the diversity of perspectives analyzed.

Key-words: sport mega-events; Paris 2024 Olympic Games; tourism; gentrification; socio-spatial inequalities; Seine-Saint-Denis.

RESUMEN:

Objetivo - Examinar cómo los habitantes de Seine-Saint-Denis perciben los cambios socio-territoriales derivados de los Juegos Olímpicos de París 2024, considerando los impactos del megaevento sobre el turismo urbano y las desigualdades socioespaciales.

Diseño/metodología/enfoque – Se adoptó un enfoque multimétodo, combinando métodos cualitativos y cuantitativos. La investigación incluyó entrevistas semiestructuradas, grupos focales y revisión bibliográfica sobre megaeventos deportivos, turismo urbano, gentrificación y justicia socioespacial.

Hallazgos: Los resultados indican que, pese a las inversiones urbanas y mejoras físicas realizadas en Seine-Saint-Denis, los principales beneficiarios tienden a ser grandes intereses económicos y actores vinculados a la valorización inmobiliaria y al turismo. Se observaron procesos de desplazamiento, gentrificación y reconfiguración simbólica del territorio, asociados a la expansión del control urbano y a la limitación de la participación popular en decisiones relacionadas con el evento. El crecimiento del turismo se reveló un proceso no neutral, marcado por disputas territoriales y presiones sobre la vida cotidiana local.

Implicaciones prácticas: El estudio contribuye al debate sobre planificación urbana y gestión de megaeventos, destacando la necesidad de políticas públicas más participativas e inclusivas, capaces de minimizar impactos sociales negativos y promover beneficios equitativos para las comunidades locales.

Originalidad/valor: Este artículo contribuye a los estudios sobre megaeventos deportivos y turismo urbano al analizar los Juegos de París 2024 desde las percepciones de habitantes de una periferia históricamente marginada, enfatizando las tensiones entre desarrollo urbano, turismo y justicia socioespacial.

Limitaciones de la investigación: Entre las limitaciones del estudio se destacan el acceso restringido a grupos sociales afectados por procesos de transformación urbana, las barreras lingüísticas durante el trabajo de campo y el tiempo reducido de permanencia en territorio francés, factores que pueden haber limitado la amplitud de las interpretaciones y la diversidad de perspectivas analizadas.

Palabras Clave: megaeventos deportivos; Juegos Olímpicos de París 2024; turismo; gentrificación; desigualdades socioespaciales; Seine-Saint-Denis.

INTRODUÇÃO

Os Jogos Olímpicos são, muitas vezes, apresentados como uma chance de melhorar as cidades que os recebem. Fala-se muito em obras, empregos e em atrair turistas. A ideia é que tudo isso ajude a economia local e deixe benefícios para depois que o evento termina, mas isso nem sempre acontece. Quando o evento chega a áreas já marcadas por problemas sociais e econômicos, como é o caso de Seine-Saint-Denis, perto de Paris, na França, os efeitos podem ser bem diferentes. Em vez de soluções, aparecem novas contradições, e quem mora nesses lugares sente isso no dia a dia.

Seine-Saint-Denis, localizada ao norte de Paris, é uma região marcada por uma presença significativa de migrantes e populações de baixa renda. Por conta disso, já carrega há muito tempo o estigma da exclusão social e espacial. Quando Paris decidiu concentrar boa parte das obras e intervenções dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2024 nessa área, muita gente se perguntava: quem, de fato, vai se beneficiar com tudo isso? As mudanças no território já começaram a provocar transformações importantes, como o aumento no valor dos imóveis, a saída de moradores antigos, e disputas em torno do uso e do sentido dos espaços públicos. Tudo isso tem afetado diretamente a vida cotidiana de quem mora ali e a maneira como o turismo acontece e é percebido na região.

Já houve algo parecido no Rio de Janeiro, durante os Jogos de 2016, quando remoções forçadas e despejos foram comuns para abrir caminho às obras do evento (Vico & Chiundila Vico, 2019; Vico & Azevedo, 2020a; 2020b; Vico, Azevedo, Figueiredo, & Uvinha, 2023). Em Paris, apesar dos discursos oficiais que falam em sustentabilidade e inclusão, a realidade tem sido parecida. Políticas que dizem revitalizar áreas acabam, na prática, expulsando quem já vivia nelas, transformando lugares antes esquecidos em áreas valorizadas pelo capital, especialmente o imobiliário e o turismo.

Este estudo procura compreender como os moradores de Seine-Saint-Denis têm percebido as transformações em curso na região, com atenção especial ao papel do turismo e aos efeitos que ele vem provocando no território e no cotidiano da população local. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas, observações diretas e análise documental. A ideia central é que, mesmo com tantos investimentos, os benefícios acabam concentrados em grupos econômicos poderosos, e não na população local. Como já destacam Ritchie e Hudson (2009), o legado turístico de megaeventos pode ser confuso e desigual. Hall (2019) também lembra que os impactos desses eventos no turismo e no espaço urbano são complexos e, comumente, só aceleram transformações que já estavam acontecendo. Por isso, mais do que o começo de algo novo, os Jogos de Paris 2024 funcionaram como um gatilho que intensifica as disputas por território, memória e identidade.

Diante desse contexto, este artigo parte da seguinte questão central de investigação: de que maneira os processos de transformação urbana associados aos Jogos Olímpicos de Paris 2024, com destaque para as intervenções em Seine-Saint-Denis, são percebidos pelos moradores locais e como tais mudanças se refletem nas dinâmicas socioespaciais e na experiência cotidiana do território, especialmente em sua relação com o turismo? A partir dessa problematização, busca-se compreender como um megaevento esportivo, ao mesmo tempo em que é apresentado como vetor de desenvolvimento e revitalização urbana, pode também intensificar desigualdades preexistentes e reconfigurar os usos, significados e apropriações do espaço urbano.

Portanto, o objetivo principal deste estudo é examinar como os moradores de Seine-Saint-Denis percebem as mudanças decorrentes dos Jogos Olímpicos de Paris de 2024, focando em como essas transformações mexem com as dinâmicas do território e redesenham a relação entre a atividade turística e o dia a dia da comunidade. Como objetivos específicos, o trabalho propõe-se a: mapear e examinar as mutações urbanas que redesenham Seine-Saint-Denis por conta dos Jogos Olímpicos de Paris 2024; apreender o ponto de vista de quem habita a região sobre essas reformas e de que maneira elas alteram sua rotina; investigar como essas transições afetam as formas de uso e os significados atribuídos aos espaços públicos pela comunidade; promover um debate crítico sobre o elo entre os megaeventos esportivos, a atividade turística e os processos de reestruturação socioespacial em periferias urbanas.

Como hipótese orientadora desta pesquisa, assume-se que os investimentos e intervenções urbanas associados aos Jogos Olímpicos de Paris 2024 em Seine-Saint-Denis tendem a produzir benefícios socioespaciais de forma desigual, concentrando ganhos em determinados agentes econômicos e institucionais, enquanto parte significativa da população local percebe tais transformações como processos de valorização imobiliária, reconfiguração do território intensificação de dinâmicas de exclusão e deslocamento social.

REVISÃO TEÓRICA

A crescente busca por eventos globais tem se intensificado nas últimas décadas, fenômeno parcialmente explicado pelo aumento da atenção midiática e pelo envolvimento de patrocinadores (Müller, 2015; Roche, 2017). Contudo, essa tendência também se relaciona aos benefícios e legados potenciais para os territórios anfitriões. Nos últimos anos, os megaeventos têm sido percebidos como oportunidades para a criação de novos espaços públicos e para a implementação de instrumentos de requalificação e regeneração urbana.

Estudos mais recentes em turismo e urbanismo crítico têm problematizado essa narrativa, destacando que tais processos, frequentemente, estão associados à intensificação de estratégias de valorização imobiliária e reestruturação espacial (Smith, 2012; Gotham, 2015; Gravari-Barbas & Guinand, 2017; Broudehoux, 2017).

Para fins analíticos, a literatura sobre megaeventos pode ser organizada a partir de três dimensões: os impactos econômicos, os impactos sociais e os impactos simbólico-territoriais associados ao turismo e à produção do espaço urbano. A esse conjunto de oportunidades soma-se o turismo, comumente destacado como uma das principais externalidades positivas desses eventos, especialmente sobre destinos urbanos. Segundo Getz e Page (2016), os eventos geram motivação adicional para viagens, dinamizando economias locais e nacionais. Em particular, os Jogos Olímpicos têm o potencial de transformar temporariamente a cidade-sede em um “destino turístico global”, com repercussões na imagem internacional do lugar (Cornelissen, 2011; Knott, Fyall & Jones, 2017). Entretanto, pesquisas mais recentes indicam que esse processo de “eventização” do turismo pode reforçar dinâmicas de exclusão e mercantilização dos espaços urbanos, sobretudo em áreas periféricas das cidades-sede (Richards, 2017; Smith, 2019; Milano, Novelli, & Cheer, 2019).

A organização de megaeventos demanda investimentos substanciais em infraestruturas urbanas e instalações esportivas. Esses aportes financeiros geram impactos diversos, potencialmente benéficos para indivíduos, organizações e empresas privadas. Empresas de construção lucram com as obras, o setor turístico ganha com a valorização da imagem do destino e a cidade-sede pode receber recursos adicionais dos governos. No entanto, é importante destacar que os custos e benefícios relacionados a esses investimentos frequentemente se distribuem de maneira desigual entre os diferentes atores locais. Além dos impactos econômicos, a literatura destaca que os megaeventos produzem efeitos sociais significativos, especialmente sobre os residentes das áreas diretamente afetadas.

Como observado por Hall (2019), o turismo não é apenas um beneficiário colateral dos megaeventos, mas parte integrante de suas estratégias de promoção e legados. A infraestrutura criada ou renovada não se destina apenas ao evento em si, mas ao uso futuro por visitantes e turistas, incluindo museus, parques, zonas de hospitalidade e redes de transporte. Essa perspectiva é corroborada por estudos recentes publicados em revistas (Mendes, 2021; Pereira & Costa, 2023), que enfatizam a importância do planejamento turístico integrado para maximizar os legados positivos desses eventos.

Entretanto, Cornelissen, Bob e Swart (2011) alertam para a importância de considerar os aspectos sociais dos megaeventos, destacando o papel central dos residentes durante todo o processo. Ao contrário dos impactos econômicos, quantificáveis por dados estatísticos divulgados por governos e organizadores, os impactos sociais são mais complexos, variáveis e intrinsecamente ligados às especificidades territoriais. Consequentemente, os legados sociais não podem ser definidos de forma padronizada ou uniforme. Segundo Müller (2015), os megaeventos são exclusivos pelo que concerne o contexto em que ocorrem, e a avaliação de seus efeitos a longo prazo está permeada por incertezas e subjetividades. O tipo de evento, a cidade-sede e o público-alvo influenciam diretamente a natureza dos impactos gerados (Preuss, 2019). No âmbito do turismo, a percepção dos legados varia significativamente, pois os moradores locais podem enxergar o aumento do fluxo turístico tanto como uma oportunidade para dinamizar a economia local quanto como uma fonte de pressão sobre serviços públicos e infraestrutura urbana, conforme discutido por Nunkoo, Smith e Ramkissoon (2013). Estudos recentes, como em Almeida (2018), ressaltam que essas percepções também estão relacionadas às desigualdades sociais existentes, em que os benefícios econômicos, como a valorização imobiliária, tendem a favorecer os grupos de maior renda, enquanto os mais vulneráveis enfrentam processos de exclusão, expropriação e remoção. Além disso, a percepção do legado varia de acordo com a classe social: benefícios como a especulação imobiliária podem ser positivos para os grupos mais abastados, mas mais prejudiciais para populações de baixa renda, especialmente quando envolvem expropriações e remoções (Müller & Gaffney, 2018; Preuss, 2019). Preuss (2019) identifica seis grupos diretamente beneficiados pelos megaeventos: (1) membros das organizações esportivas como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024 (COJO); (2) as autoridades locais; (3) os políticos da cidade anfitriã; (4) as empresas construtoras da região; (5) as emissoras de TV; e (6) uma parcela da comunidade local. Além desses, autores como Chalip (2021), Mair e Whitford (2013) ressaltam que o setor turístico também deve ser considerado um dos beneficiários estruturais dos megaeventos, devido ao seu papel central na captação de receitas, na expansão da capacidade hoteleira e de serviços turísticos. Ainda assim, esses eventos produzem “vencedores” e “perdedores”, e dificilmente podem ser considerados oportunidades consensuais (Müller, 2015; Gaffney, 2016; Preuss, 2019).

Autores como Müller (2015) e Gaffney (2016) adotam uma perspectiva cética, quanto à relação entre custos e benefícios de megaeventos, sugerindo que tais efeitos são discutíveis e difíceis de mensurar. Os impactos negativos tendem a afetar desproporcionalmente as classes mais baixas, sobretudo em relação à moradia. Preuss e Schnitzer (2021) ressum os principais efeitos negativos em três aspectos: a concessão de espaços públicos à iniciativa privada, o deslocamento de residentes e a gentrificação.

Para além dos impactos econômicos e sociais, os megaeventos também produzem efeitos simbólicos e territoriais diretamente relacionados à turistificação e à reconfiguração dos usos urbanos. Os principais beneficiários diretos incluem empreiteiras, engenheiros, arquitetos, prestadoras de serviços de segurança, mídia e profissionais do setor de *marketing*

e publicidade. Multinacionais frequentemente associadas aos megaeventos, também figuram entre os maiores favorecidos, juntamente com agentes do setor imobiliário e de desenvolvimento territorial. Em contrapartida, cidadãos com rendimentos mais baixos raramente usufruem desses benefícios e podem sofrer com o aumento dos preços de imóveis, aluguéis e custos associados à pressão turística crescente, conforme apontam Milano, Novelli e Cheer (2019). Smith (2019) destaca que grupos sociais, cuja qualidade de vida depende de serviços públicos acessíveis, enfrentam perdas significativas quando os recursos são redirecionados para financiar os eventos. Assim, os megaeventos, voltados majoritariamente para classes média e alta e para a promoção do turismo de massa, podem reforçar processos de “higienização” urbana, aprofundando as desigualdades. Os bairros mais vulneráveis são frequentemente os mais afetados, com moradores sendo deslocados durante as obras e impedidos de retornar devido à valorização imobiliária e à perda de pertencimento territorial, fenômeno que também afeta diretamente o potencial turístico dessas áreas (Müller & Gaffney, 2018). Por meio do *Centre on Housing Rights and Evictions* - COHRE (2007), aprofunda-se o debate ao relacionar essas dinâmicas a violações de direitos humanos. Segundo estudos da organização, os megaeventos raramente promovem inclusão comunitária e são antes utilizados como instrumentos de desenvolvimento econômico e de marketing urbano, sobretudo para atrair visitantes e turistas. Entretanto, os benefícios desse processo não são universalmente distribuídos e, em muitos casos, as remoções e despejos forçados violam normas internacionais de direitos humanos, particularmente o direito a uma habitação digna (UN-Habitat, 2020; Entrevistado D, 2024). Gaffney (2016) enfatiza que os grandes projetos estruturantes associados aos megaeventos provocam deslocamentos populacionais em áreas pobres, aumentando a valorização econômica dessas regiões e levando à perda do tecido social, o que pode impactar negativamente o turismo comunitário e sustentável local. Lees, Slater e Wyly (2018) interpretam esses processos como manifestações de gentrificação, caracterizadas por: (1) substituição de grupos populacionais; (2) reorganização espacial com base em estilos de vida específicos; (3) transformação do ambiente construído; e (4) mudanças legais que valorizam o mercado imobiliário e alteram o perfil socioeconômico local, refletindo também nos tipos de turismo que a área pode atrair.

Müller (2015) observa que a oposição a esses eventos costuma surgir da percepção de prioridades mal definidas e do descaso com as populações vulneráveis. Embora possam promover o desenvolvimento territorial, megaeventos não visam diretamente à redução de desigualdades. Seus benefícios se concentram em patrocinadores e elites, o que contrasta com princípios de desenvolvimento humano equitativo. O objetivo primário desses eventos permanece o entretenimento e o lucro comercial que, muitas vezes, prioriza o turismo de massa em detrimento das comunidades locais (Milano, Novelli, & Cheer, 2019). Müller e Gaffney (2018) discutem se as intervenções urbanas relacionadas aos megaeventos são, de fato, benéficas aos territórios anfitriões, especialmente quando não correspondem a demandas locais. Embora possam gerar crescimento econômico, turismo e melhorias em infraestrutura, essas mudanças também podem resultar em deslocamentos, desperdício de recursos, endividamento e até danos à imagem local. Entre os efeitos negativos mais recorrentes estão a inflação, a elitização do espaço urbano e o aprofundamento da exclusão social. Mesmo quando a imagem internacional é positiva, a percepção local pode ser negativa, sobretudo diante de remoções e perdas comunitárias. A resistência local pode se manifestar por meio de hostilidade ao evento e aos turistas, associada à perda de identidade cultural, prejuízos comerciais e ausência de benefícios tangíveis para os residentes. A mitigação desses impactos depende da articulação entre organizadores, patrocinadores, empresas e autoridades locais, além da inclusão efetiva dos moradores nos processos decisórios. A percepção da comunidade sobre os eventos e o turismo deve ser considerada central nas análises. A inclusão do turismo nas análises sobre impactos e legados de megaeventos permite compreender melhor os conflitos urbanos gerados não apenas pela reestruturação espacial, mas também pela transformação das funções simbólicas e econômicas da cidade.

Como discutem autores contemporâneos da geografia urbana crítica e dos estudos de turismo, esses processos estão diretamente associados à turistificação dos espaços urbanos e à produção de cidades orientadas para o consumo turístico e imobiliário (Colomb & Novy, 2017; Gravari-Barbas & Guinand, 2017; Milano, Cheer, & Novelli, 2019).

Preuss e Schnitzer (2021) reforçam que os legados positivos podem coexistir com impactos negativos profundos, como expropriações, despejos e remoções. As obras necessárias para sediar megaeventos geram um novo ciclo de acumulação urbana, liberando áreas para exploração imobiliária, ao mesmo tempo em que forçam a retirada de populações locais, o que pode comprometer a diversidade cultural e social valorizada pelo turismo sustentável. Esses eventos impactam desproporcionalmente grupos historicamente marginalizados: moradores de agregados informais, imigrantes, pessoas em situação de rua, prestadores de serviços sexuais, mulheres, crianças, grupos étnicos afrodescendentes, além de comerciantes informais e mão de obra informal da construção civil. A remoção compulsória e desocupação forçada é frequentemente legitimada por um “estado de exceção” instaurado pelos governos e comitês organizadores, permitindo a flexibilização de leis e a suspensão de direitos básicos. No Brasil, por exemplo, foram instituídas normas paralelas como a “Lei Geral da Copa” (Vico, Uvinha, & Gustavo, 2018; Vico, Gustavo, & Uvinha, 2020) e o “Ato Olímpico” (Vico & Chiundila Vico,

2019; Vico & Azevedo, 2020a, 2020b; Vico, Azevedo, Figueiredo, & Uvinha, 2023; Vico & Uvinha, 2023). Essas legislações atendem a interesses de grupos hegemônicos em detrimento das prioridades das populações locais (Rolnik, 2019; Santos Junior, & Gaffney, 2020). Tais processos aprofundam as desigualdades territoriais e sociais (Brenner, Marcuse, & Mayer, 2012; Harvey, 2012; Rolnik, 2019), demonstrando que os megaeventos, apesar de seus potenciais benefícios, contribuem para a ampliação das injustiças urbanas e sociais. Nesse contexto, tais dinâmicas também podem ser interpretadas à luz do debate sobre o direito à cidade, especialmente quando se observam processos de expulsão simbólica e material de populações locais, redefinição do acesso ao espaço urbano e intensificação de desigualdades socioespaciais (Harvey, 2012; Purcell, 2014). Assim, os megaeventos deixam de ser compreendidos apenas como estratégias de desenvolvimento urbano e passam a ser analisados como instrumentos de produção seletiva do espaço, nos quais turismo, capital imobiliário e políticas urbanas se articulam na redefinição dos usos, dos sentidos e do acesso à cidade.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma metodologia mista quali-quantitativa, que combinou revisão bibliográfica e documental com trabalho empírico *in loco*. Conforme Creswell e Plano Clark (2018) e Veal (2018), o levantamento de dados qualitativos e quantitativos pode ser desenvolvido através de técnicas como observação direta e participante, entrevistas exploratórias e semiestruturadas, gravação de depoimentos e estudos comunitários. Todas essas técnicas foram aplicadas tanto remotamente, via videoconferências, quanto presencialmente, durante o trabalho de campo realizado na França em agosto de 2024, graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) modalidade Pós-doutorado Júnior). A participação ativa em conferências, seminários, simpósios e debates temáticos também foi crucial para aprofundar a compreensão do contexto.

O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de entrevistas exploratórias e semiestruturadas, individuais e em grupos focais, realizadas entre 2022 e 2024, de forma presencial e remota. Participaram da pesquisa acadêmicos, moradores, membros de comitês de vigilância, representantes de associações locais, voluntários, trabalhadores vinculados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024 e outros participantes ligados às atividades operacionais e comunitárias do evento, permitindo confrontar diferentes perspectivas institucionais, sociais e territoriais sobre as transformações que decorreram em Seine-Saint-Denis. Portanto, a amostra de entrevistas semiestruturadas, visível na Tabela 1, focou-se nos atores com interesse direto no megaevento, destacando-se quatro grupos principais: acadêmicos e pesquisadores; membros dos Comitês de Vigilância; associações de moradores de Saint-Denis; e voluntários e trabalhadores envolvidos na organização.

Tabela 1 – Entrevistas realizadas com grupos focais de discussão

ENTREVISTADO	NOME	ATUAÇÃO
ENTREVISTADO A	Marianna Kontos Grupo focal: acadêmicos e moradores	Arquiteta e urbanista; Moradora de Saint-Denis; Ph.D. pela <i>Université Paris Nanterre</i> ; Membro do Comitê de Vigilância dos JO 2024 – Saint-Denis
ENTREVISTADO B	Matheus Viegas Ferrari Grupo focal: acadêmicos e comitês de vigilância	PhD em Antropologia pela <i>Université Paris 8</i> e em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia.
ENTREVISTADO C	Frédéric Viale Grupo focal: comitês de vigilância	Militante e professor; Membro fundador do Comitê de Vigilância dos JO 2024 – Saint-Denis e do SACCAGE
ENTREVISTADO D	Davide D’Adorante Grupo focal: voluntários	Coordenador do Centro de acolhimento para pessoas sem abrigo (<i>Accueil de jour</i>); voluntário durante os JO 2024.
ENTREVISTADO E	Maria Gravari-Barbas Grupo focal: acadêmicos	Arquiteta e urbanista. <i>Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne</i>
ENTREVISTADO F	Sílvia Capanema Schmidt Grupo focal: acadêmicos	<i>Maîtresse de Conférences - Université Paris 13 – Sorbonne Paris Nord; Conselheira em Seine-Saint-Denis; Responsável pela gestão, planejamento e organização do megaevento no Département</i>
ENTREVISTADO G	Cécile Gintrac Grupo focal: comitês de vigilância e moradores	Residente em Saint-Denis; Membro do <i>Collectif Vigilance JO 2024</i> ; Geógrafa e professora de ensino médio e secundário
ENTREVISTADO H	Victoria Chabran Grupo focal: comitês de vigilância e moradores	Militante e membro do Sindicato das Associações de Moradores Locais de Saint-Denis
ENTREVISTADO I	Georges Salomon Grupo focal: comitês de vigilância e moradores	Membro do Sindicato das Associações de Moradores Locais de Saint-Denis

Fonte: autoria própria (2025).

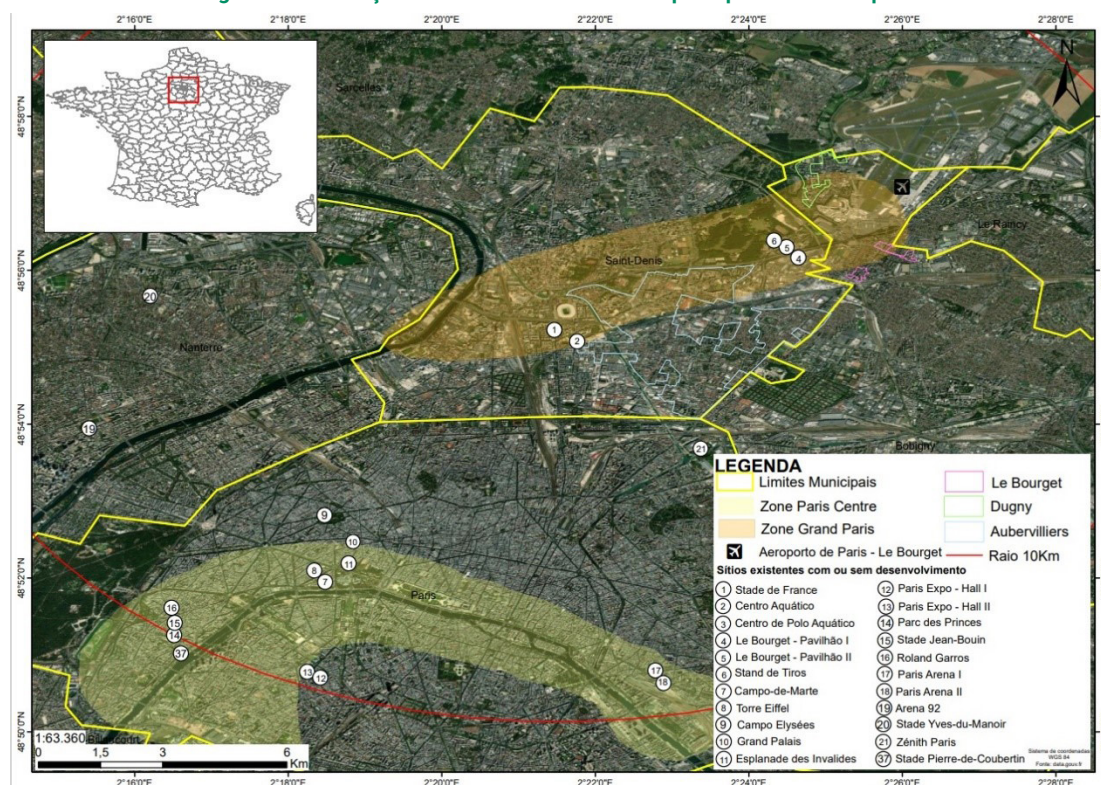
Após a coleta, realizou-se a transcrição integral dos dados, seguida da análise de discurso, com base nos referenciais teóricos de Bardin (2016), Veal (2018), Creswell e Poth (2018). A análise de discurso foi operacionalizada por meio de um procedimento em três etapas. Na primeira etapa, realizou-se a leitura flutuante e sistematização do *corpus* empírico, constituído pelas transcrições integrais das entrevistas e grupos focais. Na segunda etapa, procedeu-se à codificação temática dos dados, a partir da identificação de categorias analíticas previamente definidas e também emergentes do material, tais como “impactos econômicos do megaevento”, “transformações urbanas e gentrificação”, “percepções sobre turismo e mobilidade urbana” e “impactos simbólicos e socioterritoriais”. Na terceira etapa, foi realizada a interpretação discursiva, considerando o contexto social, político e territorial dos enunciados, com atenção às relações de poder, disputas de narrativa e produção de sentidos sobre os impactos dos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Como exemplo, falas sobre aumento do valor imobiliário foram classificadas na categoria “reestruturação socioespacial”, enquanto narrativas sobre expulsão de moradores foram analisadas na categoria “impactos sociais e direito à cidade”, permitindo uma leitura crítica e interpretativa dos discursos dos diferentes grupos entrevistados. A análise enfatizou a compreensão da percepção dos moradores sobre os impactos do megaevento, reconhecendo a importância das variáveis sociais, territoriais e históricas intrínsecas à população anfitriã. Considerou-se que o envolvimento e a reação dos residentes são elementos cruciais para o sucesso e a legitimidade da organização do evento, bem como para o planejamento de futuras iniciativas semelhantes. Além disso, buscou-se entender como os fluxos turísticos temporários influenciam a experiência urbana cotidiana e as relações sociais em áreas de grande circulação durante o evento, elementos fundamentais para a avaliação dos impactos turísticos em megaeventos, conforme destacado por Smith (2019), Milano, Cheer e Novelli (2019). Assim, esta metodologia permitiu captar vozes e narrativas essenciais para compreender as dinâmicas socioespaciais associadas aos Jogos Olímpicos de Paris 2024, integrando perspectivas técnicas, sociais, turísticas e éticas inerentes ao contexto estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Contextualização territorial: o caso de Saint-Denis

Sob a perspectiva geográfica e territorial, esta pesquisa concentra-se na comuna de Saint-Denis, situada no *Département de Seine-Saint-Denis* (número 93), na região de Île-de-France, ao norte da capital francesa (Figura 1). Tendo uma população em torno de 100 mil habitantes, Saint-Denis é famosa por abrigar o Stade de France — um dos estádios mais modernos da Europa (Figura 2) — e a Basílica de Saint-Denis, local de sepultamento de grande parte da realeza francesa. Além disso, esses dois marcos contribuem para o potencial turístico-cultural do território, embora esse potencial ainda seja subaproveitado em razão da estigmatização social e territorial da região (Gravari-Barbas, 2018).

Figura 1. Localização de Seine-Saint-Denis e dos principais sítios olímpicos



Fonte: elaborado pelos autores, a partir do Sistema de coordenadas WGS84, data.gouv.fr (2021).

Figura 2. Stade de France durante os Jogos Olímpicos de 2024



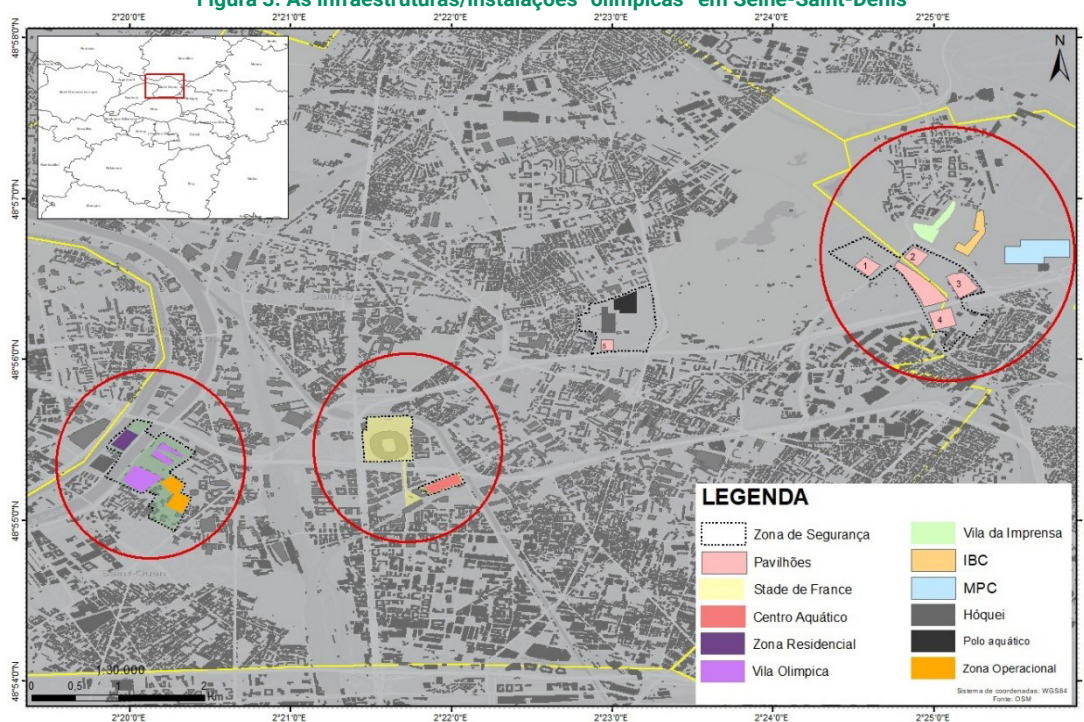
Fonte: autoria própria (2024) – arquivo pessoal.

Nesse sentido, a literatura sobre turistificação urbana sugere que a presença de marcos culturais em territórios periféricos não garante automaticamente sua inserção positiva nos circuitos turísticos, sendo frequentemente mediada por processos de estigmatização e seletividade espacial (Smith, 2012; Gotham, 2015).

Contudo, o território também se destaca por seus intensos paradoxos socioespaciais, marcados por profundas desigualdades e conflitos. Esses conflitos tornaram-se particularmente evidentes durante as revoltas sociais de junho e julho de 2023, que se espalharam por diversos pontos da França e impactaram significativamente Saint-Denis. Esse contexto confirma o argumento de que grandes projetos urbanos e eventos globais tendem a se inserir em territórios já marcados por tensões estruturais, as quais não são eliminadas pelos megaeventos, mas frequentemente reconfiguradas ou intensificadas (Harvey, 2012; Brenner, 2014). Historicamente, este território acolhe uma população majoritariamente migrante, oriunda do norte da África e da África subsaariana, que compõe grande parte da mão de obra da região metropolitana de Paris, mas que permanece social e espacialmente marginalizada.

Atualmente, o *Département de Seine-Saint-Denis* abriga 63 Distritos Políticos Municipais (*Quartiers Politiques de la Ville – QPV*), distribuídos por 32 municípios, sendo o departamento com o maior número de QPV nos subúrbios franceses. Esse território apresenta indicadores socioeconômicos significativamente inferiores à média da região parisiense: mais de 35% de sua população é composta por jovens com menos de 25 anos (INSEE, 2020), a taxa de desemprego era de 18,4% em 2017 (comparada a 11,9% em Paris), e a taxa de pobreza atingia 28% (INSEE, 2020). Com um rendimento médio anual de €16.996 por unidade de consumo, Seine-Saint-Denis é considerado o distrito mais pobre da França continental, atrás apenas da Ilha da Reunião quando se incluem os territórios ultramarinos (Delaplace, 2020). Na própria Saint-Denis, cerca de três quartos da população vivem abaixo do limiar da pobreza. A imagem pública de Seine-Saint-Denis é marcada por estigmas e representações negativas, comumente associadas à violência urbana e à insegurança. Essas representações não apenas influenciam a percepção social do território, mas também afetam diretamente sua inserção nas dinâmicas turísticas, reforçando o que a literatura denomina de “hierarquização simbólica dos destinos urbanos” (Gravari-Barbas & Guinand, 2017; Richards, 2017). Os distúrbios de 2005 e os atentados de novembro de 2015 – cujos primeiros ataques ocorreram nas imediações do *Stade de France* – reforçaram essa percepção. Em 2018, o relatório do Ministério do Interior da França identificou o departamento como líder nacional em assaltos à mão armada por 1.000 habitantes, além de ocupar a segunda posição na região de Paris em roubos violentos sem uso de armas (Delaplace, 2020). Tais fatores contribuem para sua representação estigmatizada tanto na mídia nacional quanto internacional. Essa representação estigmatizante impacta também sua atratividade como destino turístico, pois reforça percepções de insegurança e marginalidade que inibem a circulação de visitantes, inclusive durante eventos internacionais (Gravari-Barbas, 2020). Apesar desse histórico, Seine-Saint-Denis tem sido recorrentemente escolhido como sede de megaeventos esportivos. Após acolher a Copa do Mundo de 1998 e a Eurocopa de 2016, o território foi novamente selecionado para acolher os Jogos Olímpicos de Paris. O Comitê Olímpico destacou seu caráter popular e suas promissoras possibilidades de desenvolvimento urbano. Embora os Jogos sejam oficialmente de “Paris”, grande parte das intervenções e transformações socioespaciais – denominadas “*aménagements*” – concentrou-se em Saint-Denis (Entrevistado A, 2022). Essas intervenções também foram justificadas por seu potencial de transformar Saint-Denis em um polo turístico alternativo, ligado tanto ao esporte quanto à história cultural, ampliando o conceito de “herança olímpica” com foco territorial descentralizado (Broudehoux, 2017). As transformações remetem a um processo de reestruturação de um território historicamente industrial, que passou por uma fase de desindustrialização e agora é alvo de políticas de reurbanização. Situação semelhante foi observada em outras cidades-sede de Olimpíadas, como Barcelona e Londres, cujas áreas olímpicas também estavam inseridas em antigos espaços industriais. Segundo o Entrevistado A (2022), “há grandes segmentos de território que se disponibilizam e que são, posteriormente, reurbanizados, ainda que persistam desafios como a poluição do solo, que impõe questões significativas”.

Figura 3. As infraestruturas/instalações “olímpicas” em Seine-Saint-Denis



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Sistema de coordenadas WGS84, OSM (2021).

Despejos, gentrificação e reconfiguração territorial em Seine-Saint-Denis

De acordo com as análises do Entrevistado A (2022) e do Entrevistado B (2022; 2024), as transformações urbanas promovidas em função dos Jogos Olímpicos de Paris 2024 provocaram impactos significativos no tecido social e habitacional da comuna de Saint-Denis e de outros territórios adjacentes. Dentre esses impactos, destacam-se os processos de despejo, deslocamento forçado e reconfiguração socioespacial, especialmente na área destinada à Vila Olímpica. Os dados empíricos evidenciam que os impactos observados não se distribuem de forma homogênea entre os diferentes grupos entrevistados. Entre os acadêmicos, predomina uma leitura mais analítica e estrutural das transformações, associando os processos em curso à lógica da financeirização urbana e da produção neoliberal do espaço (Harvey, 2012; Smith, 2012). Já entre os moradores e representantes de associações locais, as narrativas enfatizam experiências concretas de deslocamento, perda de moradia e ruptura de vínculos territoriais, aproximando-se das discussões sobre direito à cidade e injustiça espacial (Mitchell, 2003). Por sua vez, os participantes vinculados a atividades de voluntariado e mediação do evento tendem a apresentar uma percepção mais ambivalente, reconhecendo melhorias infraestruturais, mas também apontando tensões relacionadas ao uso seletivo dos espaços urbanos e à crescente turistificação da área (Gravari-Barbas & Guinand, 2017; Richards, 2017). Essa divergência de percepções evidencia que os impactos dos megaeventos não são apenas materiais, mas também simbólicos e interpretativos, variando conforme a posição social e institucional dos atores envolvidos.

Ainda que oficialmente tenham sido reconhecidas 300 pessoas afetadas, os dados indicam que quase 400 moradores – majoritariamente trabalhadores migrantes, inclusive com documentos regulares – foram despejados, realocados ou indenizados. Esses despejos ocorreram justamente no perímetro da futura Vila Olímpica, com a gestão da SOLIDEO e da entidade DEF, responsável pelas habitações. Destaca-se que cerca de 50 pessoas ficaram sem solução habitacional, evidenciando fragilidades no processo de reassentamento e agravando vulnerabilidades sociais locais (Entrevistado A, 2022; Entrevistado B, 2022, 2024; Entrevistado F, 2023; Entrevistado G, 2024; Entrevistado H, 2023; Entrevistado I, 2024).

Esses processos confirmam a literatura crítica sobre megaeventos, segundo a qual os benefícios são frequentemente acompanhados por mecanismos de exclusão espacial e redistribuição desigual dos custos sociais (Broudehoux, 2017; Gotham, 2015).

Embora os efeitos não tenham atingido a mesma magnitude e violência observadas em edições anteriores, como os Jogos do Rio de Janeiro (Vico & Chiundila Vico, 2019; Vico & Azevedo, 2020a; 2020b), os casos de remoções em Paris não são negligenciáveis. É importante destacar que esses processos influenciam diretamente a dinâmica turística da região, afetando a percepção da população residente e visitantes quanto à acessibilidade e autenticidade do território. É verdade

que, em termos estruturais, 84% das infraestruturas utilizadas no evento já existiam, o que contribuiu para uma percepção de menor impacto. No entanto, os processos de gentrificação e exclusão social permanecem relevantes, especialmente se considerados em uma visão de médio e longo prazo.

Conforme o Entrevistado B (2022; 2024), diversos autores têm identificado um processo de “gentrificação por despejo branco” – uma forma mais sutil e institucionalizada de expulsão. A principal preocupação das associações de moradores e comitês de vigilância, segundo os entrevistados (A; B; C; G; H; I), reside na apropriação elitista do legado habitacional. Embora tenha sido anunciado que 40% das 1.900 unidades previstas na fase pós-Olímpica da Vila dos Atletas seriam destinadas à habitação social (Entrevistado D, 2024), esse percentual foi reduzido para 25%, por exigência legal (Lei Lamy de 2014). O restante do parque habitacional será gerido por grupos imobiliários, restringindo o acesso da população mais vulnerável.

Tais transformações impactam também o turismo urbano, ao redefinir os usos e significados de bairros tradicionalmente populares. O processo de requalificação urbana e o embelezamento seletivo de áreas estratégicas – prática comum na preparação de cidades para megaeventos – reforçam a chamada “gentrificação turística”, que redefine espaços urbanos em função das expectativas dos visitantes temporários, como turistas e espectadores olímpicos (Maitland & Newman, 2014). Essa reconfiguração espacial, ao privilegiar a estética e o consumo, pode esvaziar práticas culturais locais, comprometendo a autenticidade do destino turístico. A tentativa de projetar uma imagem internacional positiva de Saint-Denis, associada a investimentos em *marketing* territorial, tem produzido efeitos ambíguos sobre a população residente. Paradoxalmente, parte dos recursos utilizados na construção da Vila Olímpica foi proveniente de escritórios públicos de habitação (HLM), os quais agora serão também responsáveis pela requalificação das unidades, adaptando-as para uso familiar – um processo que envolve elevados custos adicionais (Entrevistado D, 2024). Trata-se, portanto, de uma dupla financeirização da habitação pública: primeiro, na construção de estruturas temporárias; depois, na sua reabilitação (Entrevistado D, 2024). Como destacou o Entrevistado C (2023), o discurso oficial que promete habitação popular está impregnado de contradições e distanciado da realidade efetiva, revelando uma lógica de mercado orientada à classe média e ao capital imobiliário, em detrimento da população mais pobre.

A lógica de reestruturação urbana se alinha a um processo de higienização social e étnica em curso. Territórios anteriormente negligenciados, como *Île de Saint-Denis* e *Bassin de la Maltournée* – espaços marcados pela presença de populações imigrantes e de baixa renda – tornaram-se repentinamente alvo de investimentos e valorização imobiliária, motivados pela realização do megaevento. Ainda que, em alguns casos, os deslocamentos tenham sido “negociados”, por meio de indenizações, o resultado final foi a expulsão de grupos sociais historicamente vulnerabilizados. Esse processo também produz efeitos relevantes sobre a imagem do território para fins turísticos, ao associar reestruturação urbana a uma suposta “renovação” cultural e estética, voltada mais ao visitante que ao residente.

Isso reforça a articulação entre reestruturação urbana e turistificação, na qual o espaço passa a ser reorganizado não apenas para residentes, mas também para consumidores temporários do território, como turistas e espectadores (Gravari-Barbas & Guinand, 2017).

Esse processo de transformação territorial é acompanhado por uma turistificação simbólica, em que a cidade busca ocultar conflitos e desigualdades por meio de narrativas promocionais voltadas ao visitante. A configuração estética e funcional dos espaços urbanos, como a própria Vila Olímpica, passa a ser pensada para o consumo visual e experiencial do turista, gerando um ambiente urbano mais excludente e filtrado (Gotham, 2005; Gravari-Barbas, 2018; 2020). Nesse sentido, a turistificação opera como estratégia de *branding* urbano e produção de valor simbólico, muitas vezes desvinculada das demandas reais da população anfitriã. Seine-Saint-Denis, ao norte de Paris, tradicionalmente tem sido o território “de servidão” da metrópole, acolhendo as classes trabalhadoras e as funções urbanas subalternas desde o século XIX. Contudo, o crescente aumento dos preços imobiliários em Paris tem impulsionado a migração da classe média para Saint-Denis, agravando o processo de substituição populacional. Entre 2021 e 2023, os preços dos imóveis duplicaram em Saint-Denis (Entrevistado A, 2022; Entrevistado C, 2023; Entrevistado G, 2024; Entrevistado H, 2023; Entrevistado I, 2024), inviabilizando a permanência da população local, que, sem políticas públicas de realocação, é empurrada para periferias ainda mais distantes – a 20, 30 ou até 40 km da capital –, em condições de mobilidade precária e habitação inadequada.

Nesse contexto, a turistificação deve ser compreendida não apenas como um efeito colateral dos megaeventos, mas como parte de uma estratégia mais ampla de produção seletiva do espaço urbano, na qual interesses imobiliários, turísticos e institucionais convergem na redefinição dos usos da cidade (Smith, 2016; Gotham, 2015; Colomb & Novy, 2017). Esse fenômeno evidencia uma profunda reconfiguração territorial, marcada pela intensificação das desigualdades socioespaciais. Enquanto trabalhadores essenciais – os chamados “*premiers corbeaux*” (“primeiros corvos”) – continuam a sustentar o funcionamento da cidade, são simultaneamente invisibilizados e deslocados, reafirmando a lógica de segre-

gação urbana. A exclusão dos grupos mais vulneráveis do centro urbano compromete não apenas o direito à cidade, mas também a sustentabilidade do turismo urbano, que passa a se apoiar em uma base social instável e desigual.

Paralelamente, observa-se uma tentativa simbólica de apropriação da identidade de Saint-Denis por parte da capital. A realização dos Jogos impulsionou uma dinâmica em que Paris procura incorporar e rebatizar ativos culturais e simbólicos de Saint-Denis – como a Basílica e o Stade de France – em nome próprio. Essa apropriação contribui para a construção de uma imagem homogênea e positiva da metrópole, voltada ao *marketing* territorial e à promoção turística, ao mesmo tempo em que obscurece as contradições locais. Essa “parisianização” de Saint-Denis contribui para a erosão da identidade territorial local e para o apagamento de sua memória coletiva, numa operação que não é apenas urbanística, mas também simbólica e política (Entrevistado B, 2022; 2024). Segundo o Entrevistado A (2022), Seine-Saint-Denis é uma das áreas mais pobres da França metropolitana, com grande necessidade de habitação social e equipamentos esportivos acessíveis, como pequenas piscinas comunitárias, em vez de grandes estruturas olímpicas como, por exemplo, a piscina olímpica de Aubervilliers. Esta piscina está localizada nos jardins comunitários e é financiada por um modelo de parceria público-privada, o que significa que não será totalmente pública e que, segundo os Entrevistados A (2022; 2024) e C (2023), desfavorece o interesse público. Embora escolas possam utilizá-la, a disponibilidade nos fins de semana e o custo para frequentá-la ainda são incertos e tendem a ser altos, restringindo o acesso para parte da população local. A dificuldade de acesso a equipamentos esportivos contrasta com o discurso oficial de democratização do esporte, frequentemente utilizado na promoção dos Jogos. Isso contrasta fortemente com a realidade da região 93, onde as crianças têm menor familiaridade com a natação, mesmo vivendo em uma região onde piscinas são geralmente abundantes. Esses investimentos, em sua maioria privados, não eram estritamente necessários para a realização dos Jogos Olímpicos, levantando questionamentos sobre prioridades e impactos sociais.

O Entrevistado A (2022; 2024) também destaca os desafios em termos de mobilidade urbana na região. Seine-Saint-Denis é marcada por um território fragmentado por grandes infraestruturas, como ferrovias e rodovias, que dificultam o acesso e a circulação. Próximo à Vila Olímpica e ao COI, existem entroncamentos rodoviários incompletos que o Estado e as autoridades rodoviárias planejam finalizar para melhorar as conexões entre os principais polos olímpicos. Contudo, essa ampliação das faixas de tráfego, especialmente em áreas próximas às escolas, pode aumentar a poluição e os riscos para a população local. Além disso, esses investimentos em mobilidade têm sido justificados, em parte, pela necessidade de facilitar os deslocamentos turísticos durante os Jogos, apesar de seus benefícios estruturais a longo prazo ainda serem incertos.

No âmbito da organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024, instaurou-se um verdadeiro “estado de exceção”, caracterizado pela suspensão temporária da ordem normativa habitual (Agamben, 2005). Sob a segunda gestão do governo Macron, observou-se um aumento do autoritarismo, legitimado principalmente por discursos centrados na segurança pública e pela implementação do controverso projeto de lei sobre segurança global (Foucault, 2007; Balzacq, 2010). A “*Loi Olympique*” (Lei Olímpica), aprovada especificamente para esse evento, configura-se como uma legislação “externa” ao processo democrático tradicional, tendo em vista que seu conteúdo foi significativamente impactado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) – uma entidade privada com grande poder de governança global (Toohey & Taylor, 2008). Esta lei, que em cada edição dos Jogos recebe uma denominação específica – como o “Ato Olímpico” no Rio de Janeiro – apresenta desafios democráticos significativos, pois autoriza e facilita transformações urbanísticas e alterações nos direitos de planejamento sem a efetiva participação dos residentes locais (Harvey, 2012; Smith, 2012). Tais alterações podem impactar diretamente a paisagem urbana e os usos turísticos do território, ao promover intervenções aceleradas que priorizam a imagem internacional da cidade em detrimento das demandas locais. Além disso, a legislação flexibilizou normas de participação comunitária no planejamento urbano e na aprovação de obras, reduzindo drasticamente o envolvimento das comunidades afetadas (Entrevistado A, 2022; Entrevistado B, 2022; 2024). Na França, projetos urbanos geralmente envolvem processos participativos robustos, com reuniões públicas e debates amplos; entretanto, a “*Loi Olympique*” rompeu com essa prática, impondo uma participação predominantemente eletrônica e rápida, muitas vezes em prazos de apenas um mês, o que limitou severamente o debate democrático (Entrevistado A, 2024). Esse processo também compromete o potencial de construção coletiva de projetos turísticos sustentáveis, ao excluir os moradores das decisões sobre o futuro de seus territórios.

Tal cenário levanta sérias questões acerca da legitimidade democrática e da efetividade da governança local no processo preparatório do megaevento. A urgência imposta pelas exigências do COI privilegiou a entrega célere das infraestruturas, relegando a segundo plano a inclusão social e política das comunidades residentes (Bale, 2008; Horne, 2007). A lógica da eficiência e da competitividade global, inerente ao megaevento, justifica um regime excecional que subverte práticas democráticas cotidianas (Swyngedouw, 2009).

Instrumentos jurídicos excepcionais, como as “operações de interesse nacional”, foram utilizados para garantir maior flexibilidade às transformações urbanísticas, conferindo amplos poderes aos responsáveis pela tomada de decisões (Entrevistado A, 2022). Esses dispositivos permitiram que mudanças socioespaciais significativas ocorressem com interferência reduzida da população, caracterizando um verdadeiro “estado de exceção legalizado” (Agamben, 2005). O território de Seine-Saint-Denis foi o mais impactado por essas medidas excepcionais, evidenciando o papel central da política na remodelação socioespacial do espaço urbano, em um processo que articula interesses globais, nacionais e locais.

Do ponto de vista do turismo, os megaeventos esportivos representam uma estratégia fundamental para a promoção da cidade e da região anfitriã no cenário global, potencializando fluxos turísticos e investimentos (Getz, 2013). No entanto, essa “promoção”, comumente, ocorre às custas da exclusão social e da reconfiguração territorial das comunidades locais (Gotham, 2005).

A “*Loi Olympique*” e o “estado de exceção” político-jurídico envolvem também a gestão e o controle dos fluxos turísticos e de visitantes, promovendo uma imagem segura e espetacular da cidade, que pode gerar um turismo de elite e restringir o acesso da população local a espaços públicos (Hiller, 2006). A privatização dos espaços e o controle intensificado, inclusive por vigilância tecnológica, implicam tensões entre o turismo como atividade econômica e a justiça socioespacial (Shaw & Williams, 2004). Essas dinâmicas reforçam o debate sobre o direito à cidade, uma vez que o acesso, a permanência e o uso do espaço urbano passam a ser condicionados por lógicas de valorização econômica e controle institucional, produzindo exclusões materiais e simbólicas que afetam diretamente a experiência urbana dos moradores (Lefebvre, 2001; Harvey, 2012; Mitchell, 2003).

Mobilização e resistência local contra os Jogos Olímpicos de Paris 2024

A resistência às transformações impostas pelos Jogos contou com a atuação de diversos atores, como o Comitê de Vigilância dos JO 2024 em Saint-Denis e o coletivo SACAGE 2024, formados por ativistas com diferentes perfis (Entrevistado A, 2022; Entrevistado B, 2022; 2024; Entrevistado C, 2023; Entrevistado G, 2024; Entrevistado H, 2023; Entrevistado I, 2024). Essas organizações promoveram ações como perícias técnicas e ocupações simbólicas, denunciando a continuidade das obras com pouca interferência do Estado (Entrevistado A, 2022).

O Comitê de Vigilância atuou como mediador entre a população e os projetos, defendendo a escuta ativa dos residentes e propondo alternativas, sem necessariamente se opor frontalmente ao evento. Já o SACAGE 2024 posiciona-se como um coletivo crítico, denunciando a privatização dos espaços públicos, o aumento do controle policial e a destruição de espaços comunitários como hortas urbanas (FranceInfo, 2024).

Durante os Jogos, episódios de repressão policial, como a detenção e multas a ativistas durante uma visita guiada crítica, evidenciam a consolidação de um “estado policial olímpico” (FranceInfo, 2024). A vigilância algorítmica e o uso extensivo de câmeras em espaços públicos refletem um controle social ampliado, criando uma experiência turística segura, mas também contestada (Graham, 2010; Lyon, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou como os megaeventos esportivos, em particular os Jogos Olímpicos, exercem uma influência significativa não apenas sobre o imaginário e a percepção dos profissionais do setor de Turismo, mas também sobre a população local da cidade-sede. Os Jogos Olímpicos transcendem a dimensão esportiva, configurando-se como um fenômeno multidimensional que articula aspectos de uma cidade inteligente e conectada, ao mesmo tempo em que atende a interesses específicos de uma clientela turística economicamente privilegiada e das grandes corporações internacionais. Dessa forma, os investimentos vinculados ao evento, muitas vezes direcionados à infraestrutura turística e à promoção do destino, acabam subordinados a esses interesses globais, refletindo uma lógica que, comumente, sobrepõe-se às exigências e solicitações dos residentes.

Com relação às Olimpíadas de Paris 2024, verificou-se que as exigências relativas às transformações urbanas e socio-territoriais — motivadas pela urgência de cumprir os prazos impostos pelo Comitê Olímpico Internacional — repercutiram diretamente na vida da população, especialmente em territórios como Seine-Saint-Denis. Embora se possa reconhecer a possibilidade de alguma herança positiva para o turismo decorrente das obras e investimentos realizados, o megaevento funcionou como um catalisador que acelerou processos de mudanças já em curso na região, sem ser o agente originário

dessas transformações. Portanto, os Jogos de Paris 2024 não foram o agente originário dessas transformações, mas um acelerador que potencializou a reconfiguração do espaço turístico e urbano, demandando uma análise contínua sobre a sustentabilidade turística e a inclusão das comunidades locais nos benefícios desses legados.

Dessa forma, entende-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, ao demonstrar como os moradores de Seine-Saint-Denis percebem as mudanças urbanas associadas aos Jogos Olímpicos de Paris 2024, evidenciando de que maneira tais transformações reconfiguram as dinâmicas territoriais e a relação entre turismo e cotidiano local. A hipótese orientadora também se confirma parcialmente, uma vez que os resultados indicam a ocorrência de distribuição desigual dos benefícios do megaevento, com concentração de ganhos em atores econômicos e institucionais, enquanto a população local tende a vivenciar os impactos de forma mais sensível, especialmente no que se refere à valorização imobiliária, deslocamentos e reestruturação do espaço urbano.

A análise demonstrou, ainda, que megaeventos esportivos atuam como ferramentas estratégicas de *marketing* territorial e de promoção turística, impondo transformações urbanas alinhadas a interesses ligados à especulação imobiliária e ao desenvolvimento turístico direcionado a públicos de maior poder aquisitivo. Sob o discurso da regeneração e revitalização urbana, essas intervenções tendem a mascarar a predominância de uma agenda neoliberal, na qual os investimentos se orientam prioritariamente para a valorização do território e o atendimento a grupos socioeconômicos privilegiados, muitas vezes em detrimento da população local e da sustentabilidade das comunidades receptoras de turismo.

Embora esta pesquisa tenha se concentrado nas especificidades do contexto parisiense, esse fenômeno é global e manifesta-se tanto em países com sistemas sociopolíticos frágeis e infraestrutura limitada (embora de forma mais explícita) quanto em nações desenvolvidas, que já dispõem da maioria das estruturas necessárias para sediar eventos dessa magnitude. Cada megaevento, portanto, reproduz padrões semelhantes aos de experiências anteriores, mas também apresenta particularidades sociais, territoriais, políticas, culturais e ambientais que influenciam seu impacto e legado — especialmente no que tange à dinâmica turística e às consequências da turistificação sobre as comunidades residentes, impactando sua qualidade de vida e o direito à cidade.

Como limitação deste estudo, destaca-se o acesso restrito a determinados grupos sociais diretamente afetados pelos processos de transformação urbana, bem como barreiras linguísticas durante o trabalho de campo em contexto internacional e o tempo reduzido de permanência em território francês, o que pode ter limitado a amplitude de algumas interpretações e a diversidade de perspectivas captadas.

Como possibilidades de pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes cidades-sede de megaeventos, permitindo identificar padrões e singularidades nos processos de turistificação e reestruturação urbana; o acompanhamento longitudinal dos efeitos dos Jogos Olímpicos de Paris 2024 em Seine-Saint-Denis, de modo a avaliar impactos de médio e longo prazo; e o aprofundamento das investigações sobre turismo comunitário e formas alternativas de desenvolvimento turístico em territórios periféricos, com ênfase em estratégias de inclusão e justiça socioespacial.

Por fim, constatou-se que os segmentos mais vulneráveis da população são os que mais sofrem os impactos negativos decorrentes das intervenções associadas aos megaeventos, como expropriações e especulação imobiliária. Portanto, em Seine-Saint-Denis, a reestruturação territorial atinge especialmente comunidades de baixa renda, migrantes e grupos marginalizados, tradicionalmente excluídos do mercado imobiliário e negligenciados pelas políticas públicas, que passam a ser alvos da especulação imobiliária e da turistificação motivadas pelos investimentos olímpicos, que buscam a valorização simbólica e econômica do território para fins de atração de visitantes. A dinâmica turística, ao buscar a valorização simbólica e econômica do território, acaba contribuindo para processos de deslocamento e exclusão social, levantando desafios para a justiça espacial, a equidade urbana e o planejamento turístico inclusivo.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2005). *State of Exception*. University of Chicago Press.
- Almeida, J. C. S. (2018). Impactos do turismo em megaeventos: percepções e desafios nas cidades anfitriãs. *Turismo, Visão e Ação*, 22(2), 45-62.
- Bale, J. (2008). *Sports Geography*. Routledge.
- Balzacq, T. (2010). *Security, Securitization and Risk: Beyond the Copenhagen School*. Routledge.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brenner, N. (2014). *Implosions/Explosions: Towards a study of planetary urbanization*. Jovis.

- Brenner, N., Marcuse, P., & Mayer, M. (2012). *Cities for people, not for profit: Critical urban theory and the right to the city*. London: Routledge.
- Broudehoux, A.-M. (2017). Mega-events and urban image construction: Beijing and Rio de Janeiro. In G. Richards & R. Palmer (Eds.), *Eventful Cities: Cultural Management and Urban Revitalisation* (pp. 127–144). Routledge.
- Centre on Housing Rights and Evictions – COHRE. (2007). *Olympic Games and housing rights*. Centre on Housing Rights and Evictions.
- Chalip, L. (2021). *Mega-events and tourism legacy*. Oxford: Goodfellow Publishers.
- Colomb, C., & Novy, J. (Eds.). (2017). *Protest and resistance in the tourist city*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315719306>
- Cornelissen, S. (2011). Mega-event securitisation in a third world setting: Global processes and ramifications during the 2010 FIFA World Cup. *Urban Studies*, 48(15), 3221–3240.
- Cornelissen, S., Bob, U., & Swart, K. (2011). Towards redefining the concept of legacy in relation to sport mega-events: Insights from the 2010 FIFA World Cup. *Development Southern Africa*, 28(3), 307–318.
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2018). *Designing and conducting mixed methods research* (3rd ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Delaplace, M. (2020). L'image des territoires hôtes des Jeux Olympiques et Paralympiques: revue de la littérature et enjeux pour Paris 2024. *Revue Marketing Territorial*, 4.
- Foucault, M. (2007). *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977-1978*. Palgrave Macmillan.
- Franceinfo. (2024, 15 de agosto). On voulait juste faire une balade. Des militants anti-JO de Paris 2024 verbalisés à Saint-Denis. Franceinfo. <https://france3-regions.francetvinfo.fr/paris-ile-de-france/seine-saint-denis/on-voulait-juste-faire-une-balade-des-militants-anti-jo-de-paris-2024-verbalises-a-saint-denis-l-un-d-entre-eux-place-en-garde-a-vue-3015785.html>
- Gaffney, C. (2016). Gentrifications in pre-Olympic Rio de Janeiro. *Urban Geography*, 37(8), 1132–1153.
- Getz, D. (2013). *Event Studies: Theory, Research and Policy for Planned Events*. Routledge.
- Getz, D., & Page, S. J. (2016). Progress and prospects for event tourism research. *Tourism Management*, 52, 593–631.
- Gotham, K. F. (2005). Theorizing Urban Spectacles: Festivals, Tourism and the Transformation of Urban Space. *Urban Studies*, 42(5-6), 985–999.
- Gotham, K. F. (2015). Tourism gentrification: the case of New Orleans' Vieux Carré (French Quarter). *Urban studies*, 42(7), 1099–1121.
- Graham, S. (2010). *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. Verso.
- Gravari-Barbas, M.; Guinand, S. (2017). *Tourism and gentrification in contemporary metropolises: international perspectives*. London: Routledge.
- Gravari-Barbas, M. (2018). *Tourisme, patrimoine et géographies urbaines alternatives à Paris*. L'Harmattan.
- Gravari-Barbas, M. (2020). Tourisme et conflits urbains à Paris: les "gilets jaunes" et les quartiers populaires. *Mondes du tourisme*, 17. <https://journals.openedition.org/tourisme/4427>
- Hall, C. M. (2019). *Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism*. London: Routledge.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso.
- Hiller, H. H. (2006). Post-Event Outcomes and the Post-Modern Turn: The Olympics and Urban Transformations. *European Sport Management Quarterly*, 6(4), 317–332.
- Horne, J. (2007). The Four 'Knowns' of Sports Mega-Events. *Leisure Studies*, 26(1), 81–96.
- Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE. (2020). La Seine-Saint-Denis: entre dynamisme économique et difficultés sociales persistantes. INSEE Analyse Ile-de-France, (114). <https://www.insee.fr/fr/statistiques/4308516#consulter>
- Knott, B., Fyall, A., & Jones, I. (2017). Leveraging nation branding opportunities through sport mega-events. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 11(1), 6–18.
- Lees, L., Slater, T., & Wyly, E. (2018). *Gentrification* (2nd ed.). New York: Routledge.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lyon, D. (2018). *The Culture of Surveillance: Watching as a Way of Life*. Polity Press.
- Mair, J., & Whitford, M. (2013). An exploration of events research: Event topics, themes and emerging trends. *International Journal of Event and Festival Management*, 4(1), 6–30.
- Mendes, L. F. (2021). Planejamento turístico integrado e legados dos megaeventos: o caso dos Jogos Olímpicos. *Turismo, Visão e Ação*, 23(3), 201–220.
- Milano, C., Cheer, J. M., & Novelli, M. (2019). *Overtourism: Excesses, discontents and measures in travel and tourism*. Wallingford: CABI.
- Müller, M. (2015). What makes an event a mega-event? Definitions and sizes. *Leisure Studies*, 34(6), 627–642.
- Müller, M., & Gaffney, C. (2018). Comparing the urban impacts of the FIFA World Cup and Olympic Games from 2010 to 2016. *Journal of Sport and Social Issues*, 42(4), 247–269.
- Nunkoo, R., Smith, S. L. J., & Ramkissoon, H. (2013). Residents' attitudes to tourism: A longitudinal study of 140 articles from 1984 to 2010. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(1), 5–25.

- Paris 2024. (2022, 19 de maio). Plan Héritage et Durabilité des Jeux Olympiques et Paralympiques de Paris 2024. <https://www.paris2024.org/fr/plan-heritage-durabilite/>
- Pereira, R., & Costa, C. (2023). Tourism planning and mega-event legacies in urban destinations. *Journal of Tourism Futures*, 9(2), 188–203.
- Plaine Commune. (2020). Le plan local d'urbanisme intercommunal de Plaine Commune.
- Preuss, H. (2019). Event legacy framework and measurement. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 11(1), 103–118.
- Preuss, H., & Schnitzer, M. (2021). Legacy and sustainability of sport mega-events: A conceptual review. *Sustainability*, 13(3), 1–18.
- Purcell, M. (2014). Possible worlds: Henri Lefebvre and the right to the city. *Journal of Urban Affairs*, 36*(1), 141–154.
- Richards, G. (2017). Cultural tourism: a review of recent research and trends. *Journal of hospitality and tourism management*, 31, 4–15.
- Ritchie, B. W., & Hudson, S. (2009). Understanding and meeting the challenges of event tourism. *International Journal of Tourism Research*, 11(2), 111–126. <https://doi.org/10.1002/jtr.720>
- Roche, M. (2017). *Mega-events and modernity revisited*. London: Routledge.
- Rolnik, R. (2019). *Urban warfare: Housing under the empire of finance*. London: Verso.
- Santos Junior, O. A., & Gaffney, C. (2020). Megaeventos e neoliberalização urbana no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 22(47), 15–34.
- Shaw, G., & Williams, A. M. (2004). *Critical Issues in Tourism: A Geographical Perspective*. Blackwell.
- Smith, A. (2012). *Events and urban regeneration: The strategic use of events to revitalise cities*. Routledge.
- Smith, N. (2016). *Tourism and gentrification in the global city*. London: Routledge.
- Smith, A. (2019). *Events and urban regeneration: The strategic use of events to revitalise cities* (2nd ed.). London: Routledge.
- Swyngedouw, E. (2009). The Antinomies of the Postpolitical City: In Search of a Democratic Politics of Environmental Production. *International Journal of Urban and Regional Research*, 33(3), 601–620.
- Toohey, K., & Taylor, T. (2008). Mega Events, Fear, and Risk: Terrorism at the Olympic Games. *Journal of Sport Management*, 22(4), 451–469.
- UN-Habitat. (2020). *World cities report 2020: The value of sustainable urbanization*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme.
- Veal, A. J. (2018). *Research methods for leisure and tourism: A practical guide* (5th ed.). Harlow: Pearson Education.
- Vico, R. P., & Azevedo, F. F. (2020a). Megaeventos desportivos e transformações territoriais: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Equador (UFPI)*, 9(2), 74–97. <http://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/9606/6131>
- Vico, R. P., & Azevedo, F. F. (2020b). Os megaeventos esportivos no Brasil e o uso corporativo do território: o caso emblemático da Vila Autódromo no Rio de Janeiro. *Revista Caminhos de Geografia (UFUB)*, 21(24), 108–125. <https://doi.org/10.14393/rcg217449605>
- Vico, R. P., & Chiundila Vico, V. C. (2019). Turismo e o pós-evento olímpico: uma gestão mercadológica da cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 7(Ed. Especial), 3–27. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2019v7n0ID16978>
- Vico, R. P., Azevedo, F. F., Figueiredo, F., & Uvinha, R. (2023). O uso do território no contexto dos megaeventos esportivos: o caso da Favela do Metrô-Manguera no Rio de Janeiro segundo o imaginário dos residentes. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 9. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10425725>
- Vico, R. P., Gustavo, N., & Uvinha, R. (2020). Reflexões sobre os megaeventos esportivos na percepção da comunidade local anfitriã. In *O olhar do residente* (pp. 219–247). Coleção EDUFRRN – Ciências Sociais Aplicadas. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/30478>
- Vico, R. P., Uvinha, R. (2023). La perception par les habitants, un élément clef d'un tourisme durable associé aux méga-événements sportifs: Le cas de la Coupe du Monde 2014 et des Jeux Olympiques et Paralympiques 2016 à Rio de Janeiro. *City and Tourism*, 1(2). <https://doi.org/10.21494/ISTE.OP.2023.0931>.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Roberto Paolo Vico: Concepção da pesquisa, revisão de literatura, definição da metodologia, coleta de dados, análise dos dados, discussão dos resultados, revisão crítica e edição do texto, supervisão/orientação da pesquisa, administração/coordenação do projeto, validação dos resultados, aprovação da versão final do artigo.

Ricardo Ricci Uvinha: Concepção da pesquisa, definição da metodologia, análise dos dados, discussão dos resultados, revisão crítica e edição do texto, supervisão/orientação da pesquisa, validação dos resultados, aprovação da versão final do artigo.

Verónica Cecílio Chiundila Vico: Análise dos dados, discussão dos resultados, revisão crítica e edição do texto, validação dos resultados, aprovação da versão final do artigo.